



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO
CURSO DE JORNALISMO

**GUIA DE BOAS PRÁTICAS FEMINISTAS PARA A COBERTURA DA
VIOLÊNCIA DE GÊNERO EM MATO GROSSO DO SUL**

Orientações de boas práticas jornalísticas

JULIA NOGUEIRA PADILHA

Campo Grande

NOVEMBRO /2025

FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO

Cidade Universitária, s/nº - Bairro Universitário - 79070-900 - Campo Grande (MS)

(67) 3345-7607 – jorn.faalc@ufms.br – <https://jornalismo-faalc.ufms.br> – www.ufms.br



GUIA DE BOAS PRÁTICAS FEMINISTAS PARA A COBERTURA DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO EM MATO GROSSO DO SUL

Orientações de boas práticas jornalísticas

JULIA NOGUEIRA PADILHA

Relatório apresentado como requisito parcial para aprovação na disciplina Projeto Experimental II do Curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Orientadora: Profa. Dra. Katarini Miguel

Campo Grande

NOVEMBRO /2025

FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO

Cidade Universitária, s/nº - Bairro Universitário - 79070-900 - Campo Grande (MS)

(67) 3345-7607 – jorn.faalc@ufms.br – <https://jornalismo-faalc.ufms.br> – www.ufms.br



AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus amigos que estiveram ao meu lado em todos os momentos desde a concepção da ideia até a última linha deste trabalho. Ana Beatriz Leal, Isadora Colete, Lauren Netto, Maria Gabriela Arcanjo, Milena Melo, Murilo Medeiros, Raíssa Rojas e Pietra Dorneles: obrigada pela parceria, pelo companheirismo, pelas trocas e pelo apoio constante. Este percurso foi mais leve e mais bonito porque vocês caminharam comigo.

Aos meus pais, Tatiana e Valdir, agradeço por terem me criado para questionar o mundo e por me ensinarem que a curiosidade e a coragem são formas de resistência. Aos meus avós, Marlene e Crizante, que sempre perguntavam quando eu iria aparecer na televisão, ainda não apareci (e nem pretendo), mas realizei algo que também é sobre visibilidade: me formei, e essa conquista é por vocês.

Sou a primeira da família a se formar em uma universidade pública. Não sou a primeira a conquistar esse espaço de formação, pois esse mérito é da minha mãe, que concluiu a graduação de pedagogia aos 38 anos, grávida da quarta filha, após anos trabalhando como faxineira. Espero, contudo, não ser a última. Que este diploma inspire minhas irmãs, Náthaly, Mariana e Ana Luiza, e também minha sobrinha, Luana Sophia, e meu sobrinho, Lucas Miguel, a acreditarem que é possível sair da periferia e chegar à universidade pública.

E, por fim, para todos que um dia tentaram me dizer quem eu era, hoje eu sei.

Sou Julia Nogueira Padilha, jornalista formada pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Mas sou também uma mulher nascida e criada no Mário Covas, periferia de Campo Grande, filha de uma mulher preta que enfrentou o mundo para chegar onde está agora, uma boa amiga e uma profissional, se me permitem dizer, muito foda.

Como canta a rapper e artista Ajulia Costa em sua música “Você Vai Gostar”, parceria com Duda Beat, “**eu saí de um lugar longe, onde a viagem foi longa pra chegar aonde eu tô.**” E foi mesmo, uma estrada longa, desafiadora, mas repleta de sentido. Cada passo, cada desvio, cada tropeço e cada recomeço me trouxeram até aqui, para que hoje eu possa dizer, com convicção e orgulho: eu tenho voz. E eu vou falar.

FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO



SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	3
RESUMO.....	5
INTRODUÇÃO.....	6
1 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS.....	8
1.1 EXECUÇÃO.....	9
1.2 DIFICULDADES ENCONTRADAS.....	14
1.3 OBJETIVOS ALCANÇADOS.....	15
2 SUPORTES TEÓRICOS ADOTADOS.....	17
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	26
4 REFERÊNCIAS.....	27
5 ANEXOS.....	30
6 APÊNDICES.....	32

FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO

Cidade Universitária, s/nº - Bairro Universitário - 79070-900 - Campo Grande (MS)

(67) 3345-7607 – jorn.faalc@ufms.br – <https://jornalismo-faalc.ufms.br> – www.ufms.br



RESUMO

Este projeto experimental, intitulado Orientações Feministas para a Cobertura da Violência de Gênero em Mato Grosso do Sul, foi desenvolvido como projeto experimental para conclusão do curso de Jornalismo na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). O guia surge diante do alto índice de feminicídios no estado e da recorrente cobertura midiática que, muitas vezes, reproduz estereótipos, culpabiliza vítimas e naturaliza a violência. A metodologia incluiu pesquisa bibliográfica, análise de matérias publicadas em portais de notícias de Mato Grosso do Sul e entrevistas com profissionais de redação. O produto final consiste em um manual digital com orientações práticas para a apuração e escrita de matérias sobre violência de gênero, incluindo diretrizes sobre linguagem, ética, uso de fontes e tratamento de imagens, além de um capítulo específico sobre interseccionalidades no contexto regional. O objetivo do guia é contribuir para uma cobertura jornalística mais responsável, ética e consciente, que não revitimize mulheres e fortaleça o papel social do jornalismo no enfrentamento à violência de gênero.

PALAVRAS-CHAVE: jornalismo feminista; violência de gênero; comunicação; educação.

FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO

Cidade Universitária, s/nº - Bairro Universitário - 79070-900 - Campo Grande (MS)

(67) 3345-7607 – jorn.faalc@ufms.br – <https://jornalismo-faalc.ufms.br> – www.ufms.br



INTRODUÇÃO

A violência de gênero é um fenômeno estrutural que atravessa a sociedade brasileira e se manifesta de forma recorrente e naturalizada no cotidiano. Em Mato Grosso do Sul, os dados tornam essa realidade ainda mais urgente: o estado é o segundo estado que mais registra feminicídios no país, ficando atrás apenas de Mato Grosso, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2024). A combinação entre machismo, racismo, desigualdade territorial e ausência de políticas efetivas de proteção cria um cenário no qual mulheres continuam morrendo pelo simples fato de serem mulheres.

Em 2024, segundo dados da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP-MS) e do Observatório da Mulher de Campo Grande¹ registrou 35 feminicídios e 78 tentativas de feminicídio. Em 2025, até o momento que escrevo este relatório, o estado registrou 35 feminicídios e 68 tentativas. Esses números precisaram ser atualizados mais de dez vezes ao longo da execução do trabalho, o que revela não apenas a magnitude do problema, mas sua continuidade. Cada atualização significa uma vida interrompida.

Esses dados não são fruto de fatalidade, são reflexo de uma combinação de fatores. Nesse cenário, o jornalismo ocupa um lugar estratégico. A forma como a violência de gênero é narrada pode representar responsabilização ou apagamento. Uma manchete pode contextualizar ou pode legitimar o agressor. Quando a imprensa usa expressões como “crime por ciúmes”, “não aceitava o fim do relacionamento” ou quando apenas reproduz a versão policial sem questionar o contexto, ela reforça a naturalização da violência e retira da vítima o direito à memória e à dignidade.

Este guia foi desenvolvido porque a linguagem importa. Uma notícia mal construída pode expor mulheres, revitimizá-las ou até colocar suas vidas em risco. Por outro lado, um jornalismo que contextualiza a violência, que escuta especialistas e que comprehende a complexidade das interseccionalidades contribui para romper ciclos de opressão e para fortalecer políticas públicas. Não se trata de um jornalismo “para” mulheres. Trata-se de um

¹

Disponível

https://camara.ms.gov.br/wp-content/uploads/2024/11/informativo_ODM_20-11-24.pdf

em:

FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO



jornalismo comprometido com direitos humanos e com a escuta de vozes que historicamente foram marginalizadas, silenciadas ou tratadas como exceção. Mais do que um produto, este trabalho é um posicionamento. É um chamado para que o jornalismo cumpra sua responsabilidade social e contribua para que nenhuma mulher seja lembrada apenas pelo modo como morreu, mas pelo direito de viver.

As motivações que impulsionaram a criação deste guia são tanto pessoais quanto políticas. Nascer e crescer mulher em um bairro periférico é viver, desde cedo, o contraste entre o que se é e o que dizem que se deve ser. É perceber, nas entrelinhas das manchetes e nas ausências das reportagens, que nossas histórias são muitas vezes ignoradas ou tratadas como exceção. O jornalismo ainda opera, em larga medida, a partir de um ponto de vista masculino, cis, branco e de classe média, negligenciando as múltiplas intersecções de gênero, raça e classe que atravessam essas mulheres, porque “Se a periferia tivesse um gênero, seria o feminino” (Nós, Mulheres da Periferia, 2012).

Foi a partir dessa compreensão que desenvolvi o guia de Orientações Feministas para a Cobertura da Violência de Gênero em Mato Grosso do Sul. O material foi construído com base em referências como o Mini Manual de Jornalismo Humanizado (Think Olga), o Manual Universa de Boas Práticas (UOL) e o Instituto Patrícia Galvão, mas vai além deles: ele adapta essas diretrizes à realidade regional e às interseccionalidades das mulheres sul-mato-grossenses, mulher indígenas, negras, ribeirinhas, periféricas, mulheres do campo, LGBTQIAPN+ e mulheres com deficiência. Cada capítulo do guia leva o nome de uma das 35 mulheres vítimas de feminicídio em 2025, como forma de garantir que seus nomes, e não apenas suas mortes, sejam lembrados.

O material passou por diversas alterações até chegar ao formato final, com 34 páginas diagramadas, 5 partes, sem contar com a apresentação, referências e encerramento. Na etapa final do projeto, foi desenvolvido o projeto gráfico. As ilustrações e conceitos visuais foram criados pela designer e egressa do curso de Jornalismo da UFMS, Victória Amorim, que também fez a diagramação completa do material, com base na proposta estética e editorial do guia, também criada por ela. O documento foi finalizado em formato PDF para distribuição, consulta e futura impressão.

FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO

Cidade Universitária, s/nº - Bairro Universitário - 79070-900 - Campo Grande (MS)

(67) 3345-7607 – jorn.faalc@ufms.br – <https://jornalismo-faalc.ufms.br> – www.ufms.br



1 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

- Elaboração do pré-projeto
- Pesquisa documental e bibliográfica
- Apuração de matérias em sites jornalísticos regionais sobre o tema
- Entrevistas com redações
- Criação e edição do texto do guia
- Reformulação de matérias selecionadas
- Envio do material para diagramação
- Produção do relatório final

FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO

Cidade Universitária, s/nº - Bairro Universitário - 79070-900 - Campo Grande (MS)

(67) 3345-7607 – jorn.faalc@ufms.br – <https://jornalismo-faalc.ufms.br> – www.ufms.br



1.1 EXECUÇÃO

A execução deste Trabalho de Conclusão de Curso iniciou-se durante a disciplina Pesquisa em Jornalismo quando elaborei o pré-projeto. A primeira etapa consistiu em um levantamento sistemático de matérias e reportagens publicadas pelos principais veículos de comunicação de Mato Grosso do Sul sobre violência de gênero. Para tornar essa análise viável, foram definidas palavras-chave de busca, sendo elas: feminicídio, estupro e violência doméstica, pesquisadas em alguns dos portais de maior circulação e relevância jornalística do estado (Midiamax, Campo Grande News, Primeira Página). Essa etapa se estendeu ao longo de vários meses, pois enquanto o trabalho era desenvolvido, os registros oficiais de feminicídio continuavam aumentando, exigindo atualizações constantes dos dados.

Em paralelo, foi aprofundado o embasamento teórico do projeto. Além dos manuais de referência — Manual Universa de Boas Práticas (2020)², Mini Manual de Jornalismo Humanizado (Think Olga, 2020)³ e materiais do Instituto Patrícia Galvão — foram incorporadas duas obras fundamentais para a construção do guia: Histórias de morte matada contadas feito morte morrida, de Niara de Oliveira e Vanessa Rodrigues, e Feminicídio #InvisibilidadeMata⁴, do Instituto Patrícia Galvão com apoio da Fundação Rosa Luxemburgo. Esses materiais permitiram estabelecer critérios para identificar práticas problemáticas nas coberturas jornalísticas analisadas, resultando na produção de versões reescritas das matérias observadas, com foco na diferenciação entre abordagens adequadas e inadequadas.

Durante uma reunião do grupo de pesquisa da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul “COMOVI: Comunicação e Mobilização dos Movimentos Sociais em Rede”, coordenado pela orientadora deste TCC, Katarini Miguel, surgiu a proposta de realizar uma investigação junto às redações. Desenvolvi duas perguntas principais e entrei em contato com

² Disponível em:

https://download.uol.com.br/files/2020/11/4273738876_cartilha-universa-violencia-contra-mulher.pdf. Acesso em: 15 mai. 2025.

³ Disponível em:

<https://thinkolga.com/ferramentas/minimanual-do-jornalismo-humanizado-violencia-contra-a-mulher/>. Acesso em: 10 mai. 2025.

⁴ Disponível em: <https://agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/livrofeminicidio/>. Acesso em: 15 out. 2025.

FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO



os(as) chefes de redação dos principais portais de notícias do estado: Ângela Kempfer (Campo Grande News), Valdelice Bonifácio (Diário Digital), e José Câmara (Primeira Página). O portal Midiamax foi contatado em três ocasiões distintas, porém não houve retorno. As transcrições das respostas foram anexadas ao relatório no item “Apêndice” e contribuíram para compreender o grau de consciência e preparo das redações locais para lidar com casos de violência de gênero, e suas principais demandas e dúvidas em relação ao tema.

Durante o desenvolvimento do conteúdo, realizei uma reunião com Manuela Nicodemos, Subsecretária de Políticas Públicas para Mulheres da Secretaria de Estado da Cidadania (SEC), junto da minha orientadora Katarini Miguel. Na ocasião, apresentei a proposta do guia, os tópicos já estruturados e parte do material produzido até aquele momento. A reunião teve como objetivo discutir possibilidades de apoio institucional, incluindo a viabilização da impressão do material. Também foi discutida a possibilidade de uma revisão por parte da subsecretaria, visto que ela é formada em Comunicação e já tinha contatado a professora para discutir a possibilidade de material similar.

Com os dados apurados, as referências teóricas consolidadas e as entrevistas concluídas, iniciei a redação do guia. Esse processo envolveu escrever, revisar e reorganizar os conteúdos, sempre conciliando teoria e prática jornalística.

O guia contém 35 páginas duplas diagramadas, totalizando 66 páginas, contando com capa de contra capa, e está dividido em cinco grandes partes. A primeira apresenta o impacto que o jornalismo pode ter diante da violência: como uma cobertura pode reforçar estereótipos ou combatê-los, e como a narrativa pode naturalizar ou desnaturalizar a violência. A segunda parte aborda o fazer jornalístico na prática, discutindo pauta, apuração, escrita, publicação e uso de imagens, sempre orientados por responsabilidade e empatia. A terceira apresenta os principais tipos de violência de gênero (assédio, violência psicológica, violência doméstica, estupro, violência digital e feminicídio) de forma explicativa. A quarta parte aprofunda a pluralidade e diversidade das mulheres de Mato Grosso do Sul e a importância de enxergá-las como protagonistas, considerando suas interseccionalidades. Por fim, a quinta parte reúne fontes, dados, instituições, coletivos e políticas públicas, facilitando o acesso de jornalistas e redações a informações confiáveis.

FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO

Cidade Universitária, s/nº - Bairro Universitário - 79070-900 - Campo Grande (MS)

(67) 3345-7607 – jorn.faalc@ufms.br – <https://jornalismo-faalc.ufms.br> – www.ufms.br



Cada capítulo do guia, como dito anteriormente, tem o nome de uma das 35 mulheres vítimas de feminicídio em nosso estado este ano. Fazer essa escolha foi política: devolver humanidade àquilo que o machismo tenta transformar em estatística. Este trabalho não é apenas um produto. É um posicionamento. É a escolha de defender que nenhuma mulher seja lembrada apenas pelo modo como morreu, mas pelo direito que tinha de viver. Os nomes citados foram: Karina Corim (Caarapó), Vanessa Ricarte (Campo Grande), Juliana Domingues (Dourados), Mirielle dos Santos (Água Clara), Emiliana Mendes (Juti), Gisele Cristina Oliskowiski (Campo Grande), Alessandra da Silva Arruda (Nioaque), Ivone Barbosa (Sidrolândia), Thácia Paula (Cassilândia), Simone da Silva (Itaquiraí), Olizandra Vera Cano (Coronel Sapucaia), Graciane de Sousa Silva (Angélica), Vanessa Eugênio (Campo Grande), Sophie Eugênia Borges, filha de Vanessa Eugênio (Campo Grande), Eliana Guanes (Corumbá), Doralice da Silva (Maracaju), Rose Antônia de Paula (Costa Rica), Michely Rios Midon Orue (Glória de Dourados), Juliete Vieira (Naviraí), Cinira de Brito (Ribas do Rio Pardo), Salvador Pereira (Corumbá), Dahiana Ferreira Bobadilla (Assassinada no Paraguai, mas encontrada em Bela Vista), Érica regina Mota (Bataguassu), Dayane Garcia (Nova Alvorada do Sul), Iracema Rosa da Silva (Dois Irmãos do Buriti), Ana Taniely Gonzaga de Lima (Bela Vista), Gisele da Silva Cylis Saochine (Campo Grande), Erivelte Barbosa Lima de Souza (Paranaíba), Luana Cristina Ferreira Alves (Campo Grande), Aline Silva (Jardim), Mara Aparecida do Nascimento (Aparecida do Taboado), Irailde Vieira Flores de Oliveira (Rochedo), Rosimeire Vieira de Oliveira (Rochedo). São 35 nomes, eram 36 até o assassinato de Letícia Ferreira Araújo ser reclassificado no dia 12 de novembro deste ano para “homicídio culposo na direção de veículo automotor”, concluindo que o assassino “não teve intenção de atropelar e matar a esposa”.

O título do guia foi pensado de inúmeras maneiras. “Manual de Boas Práticas Jornalísticas para Cobertura da Violência de Gênero”, “Manual de Boas Práticas Feministas para Cobrir Violência de Gênero”, “Guia de Boas Práticas Jornalísticas para Cobrir Violência de Gênero”, “Orientações Feministas para a Cobertura da Violência de Gênero”, até chegar, enfim, ao título final: “Guia de Boas Práticas Feministas para Cobertura da Violência de Gênero”. A escolha desse título teve como motivo reivindicar a palavra “feminista”, que ainda causa medo e resistência em grande parte da população. A decisão de não usar

FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO



“manual” também foi pensada com cuidado. A intenção nunca foi criar um material que ditasse o que é certo ou errado, bonito ou feio, bom ou mau. A proposta sempre foi construir um material educativo, pensado para jornalistas e estudantes de jornalismo, que pudesse servir como um guia de apoio no dia a dia das redações.

O material contém 66 páginas diagramadas, 5 partes, sem contar com a apresentação, referências e encerramento. Além disso, foi produzido um Banco de Fontes, com contatos e nomes de instituições, grupos de pesquisa, coletivos e organizações de Mato Grosso do Sul para serem consultadas como fontes especialistas nas matérias sobre violência de gênero. Não foram adicionados números pessoais de telefone para que não haja incômodo por parte dos coordenadores dos projetos e grupos. O intuito é que as matérias não se baseiam somente no boletim de ocorrência e na palavra da polícia.

As ilustrações foram produzidas com base nas ideias que eu tive ao longo da produção do guia e da pesquisa documental e algumas encontradas online, na plataforma “Freepik”. Descrevo aqui cada uma delas, da mesma forma que enviei para a Victória, sendo elas:

- **Abertura/apresentação:** Mão segurando o megafone de onde saem ondas de som que na verdade são símbolos como o símbolo feminista, folhas e pequenos passáros – a minha ideia é que tenham uma representatividade política, mas de liberdade.
- **Parte 1 – Fundamentos da cobertura** - Tela de um computador com notícias, pode ser uma página só como “News” de nome do site e linhas que formam os textos, mas sem palavras, e na página um rosto de uma mulher. – pode ser só de ladinho, um traço que seja, pra representar que elas estão em cada notícia.
- **Parte 2 – Etapas do trabalho jornalístico** - Mão escrevendo em uma folha de papel cercada de pequenos elementos que se ligam como câmera, lupa e microfone.
- **Parte 3 – Tipos de violência e como cobrir** - várias mãos abertas como se quisessem pegar uma mulher que está encolhida e com medo.
- **Parte 4 – Diversidade** - Rosto de mulheres diferentes, no estilo da capa, diversas – preta, indígena, branca, cabelo cacheado, liso, crespo, fique a vontade para decidir, mas eu quero que tenham 5 – em volta de um microfone.

FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO

Cidade Universitária, s/nº - Bairro Universitário - 79070-900 - Campo Grande (MS)

(67) 3345-7607 – jorn.faalc@ufms.br – <https://jornalismo-faalc.ufms.br> – www.ufms.br



- **Parte 5 – Recursos para jornalistas** - Uma mão segurando um celular escrito “Pega a dica”

A ilustração da capa foi feita de forma autoral pela artista. No item “Anexos”, deixo o processo criativo de todas as ilustrações.

A escolha da paleta de cores refletem em meu pedido para que “tenham tons de roxo para representar a luta feminista e cores que pudessem lembrar o Pantanal sul-mato-grossense.” O retorno foi que as cores que remetem ao Pantanal geralmente são tons terrosos, que não combinam com roxo, que é uma cor fria. A partir do meu pedido, foram feitas cinco paletas, da qual escolhi uma:



Sem tons de vermelho, com um toque mais moderno, mantendo o verde como representação do nosso estado e um tom de roxo que harmonizasse tanto com o verde, quanto com o rosa e o preto. Foi escolhido também do meu gosto e da minha visão de como seria o guia pronto e diagramado. Todo o projeto gráfico foi pensado em conjunto, com base nos meus pedidos e nas ideias da Victória.

O guia foi desenvolvido em formato PDF interativo, com links no sumário e nas referências que direcionam o leitor tanto para as pesquisas originais nos sites oficiais quanto para os capítulos correspondentes dentro do próprio material, facilitando a navegação, com linguagem direta e navegação intuitiva, pensado para ser utilizado na prática, nas redações, em sala de aula ou em consultas rápidas durante a produção de uma pauta. Cada seção é

FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO

Cidade Universitária, s/nº - Bairro Universitário - 79070-900 - Campo Grande (MS)

(67) 3345-7607 – jorn.faalc@ufms.br – <https://jornalismo-faalc.ufms.br> – www.ufms.br



independente e pode ser consultada de forma pontual, como um manual de referência mesmo. A escolha do formato busca facilitar o acesso, possibilitar impressão e permitir que jornalistas utilizem o material em situações reais de trabalho, especialmente em redações reduzidas e com tempo curto de apuração.

1.2 DIFICULDADES ENCONTRADAS

Uma das maiores dificuldades do processo foi diminuir o tamanho do guia. Desde o início, a proposta era criar um material prático, direto e fácil de consultar, algo que ajudasse no dia a dia da redação, e não mais um PDF extenso que acaba esquecido na pasta de downloads. Porém, quando finalizei a primeira versão do conteúdo, o documento já estava com 39 páginas, e ainda faltavam o encerramento, as referências e a lista de contatos úteis.

Foi nesse momento que precisei tomar decisões difíceis: cortar trechos, reescrever capítulos inteiros e reorganizar seções para que tudo ficasse mais claro, mais objetivo e menos repetitivo. Não foi apenas “reduzir páginas”; foi escolher o que realmente precisava estar ali e o que poderia ser simplificado sem perder sentido.

Depois de várias revisões (e algumas crises), cheguei ao resultado final: 33 páginas de documento, totalizando 66 páginas diagramadas. Mesmo não batendo a meta inicial, que era entre 25 e 30 páginas diagramadas, o guia ficou do jeito que eu queria: organizado, educativo e útil.

Além disso, durante a etapa de pesquisa sobre mulheres indígenas e ribeirinhas de Mato Grosso do Sul, encontrei outra dificuldade, os dados não existiam. Não existem dados sobre as mulheres nessas comunidades e, se não tem esses dados, também não terão sobre a violência que sofrem. Com isso, resolvi me basear nas comunidades de modo geral, e encontrei mais uma dificuldade: os dados simplesmente não batiam. As informações do governo federal, do governo estadual e do IBGE divergiam entre si, não apenas nos números, mas também nos critérios de levantamento. Cada órgão utiliza um método de mapeamento diferente, e isso impacta diretamente na contagem da população e na identificação dessas pessoas na população nos territórios.

FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO



Diante desse cenário, precisei fazer uma escolha metodológica. Optei por trabalhar com os dados estaduais, por serem os mais atualizados e os que melhor refletiam a realidade local. Além disso, esses dados dialogam diretamente com instituições que atuam em campo, como a ONG ECOA – Ecologia e Ação, que desenvolve pesquisas e projetos contínuos junto às comunidades ribeirinhas do Pantanal. Essa aproximação com quem está no território contribuiu para que a análise fosse mais fiel ao contexto real dessas mulheres, evitando conclusões baseadas apenas em números fragmentados.

1.3 OBJETIVOS ALCANÇADOS

O objetivo central deste projeto foi a elaboração de um guia jornalístico de boas práticas para a cobertura da violência de gênero em Mato Grosso do Sul, destinado a dialogar diretamente com duas frentes: profissionais das redações e estudantes de jornalismo. A proposta nasceu da percepção de que, na rotina do jornalismo, a violência de gênero se torna tão recorrente que, aos poucos, deixa de causar estranhamento e essa naturalização aparece nas manchetes, na escolha das fontes e até na forma de narrar a história. Por isso, o guia precisava ir além do conteúdo teórico: ele precisava ser útil para quem está todos os dias nas redações, apurando, escrevendo e publicando.

Ao final do processo, considero que esse objetivo foi alcançado. O material utiliza uma linguagem acessível, prática e direta, pensando nos diferentes públicos que o utilizarão: estudantes em formação, repórteres em início de carreira e profissionais que já atuam há anos no jornalismo local.

Uma das ideias do processo de criação, de cunho simbólico e ético, era incluir, nos títulos e subtítulos do guia, os nomes das mulheres vítimas de feminicídio no estado em 2024 e 2025, como forma de garantir que essas vidas fossem lembradas para além das estatísticas. Embora não tenha sido possível inserir todos os nomes ao longo do conteúdo, consegui incluir o maior número possível e, ao final do guia, reuni todas juntas para que o leitor entenda que foram tantas vidas interrompidas que não couberam em um documento. Esse gesto, ainda que simples, é um ato de indignação, mas também de empatia pelas vidas dessas mulheres.

FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO



Por fim, existe um objetivo que, apesar de ainda não ter sido alcançado, permanece como horizonte: que o guia seja uma ferramenta de transformação. Que sirva de referência para novas produções jornalísticas, para processos formativos dentro das redações e para o ensino nas universidades. Que contribua para educar a sociedade, fortalecer a crítica e estimular um jornalismo que se recuse a normalizar a violência. Mais do que orientar a cobertura jornalística, o guia busca provocar uma mudança de postura. Se ele conseguir fazer com que uma matéria deixe de revitimizar uma mulher, que uma manchete seja repensada ou que uma redação adote critérios mais éticos na cobertura da violência de gênero, parte do objetivo estará cumprida.

FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO

Cidade Universitária, s/nº - Bairro Universitário - 79070-900 - Campo Grande (MS)

(67) 3345-7607 – jorn.faalc@ufms.br – <https://jornalismo-faalc.ufms.br> – www.ufms.br



2 SUPORTES TEÓRICOS ADOTADOS

Para compreender este trabalho é preciso entender de onde surgiu o conceito de feminicídio. Utilizado pela primeira vez pela socióloga Diana Russel diante do Tribunal Internacional de Crimes contra as Mulheres, na década de 1970, foi definido pela autora como o assassinato de mulheres por homens apenas pelo fato delas serem mulheres. No Brasil, o termo foi incluído no Código Penal em 2015 através da lei nº 13.104 (Brasil, 2015), conhecida hoje como a Lei do Feminicídio. Com a inserção, o feminicídio tornou-se uma qualificadora do crime de homicídio doloso, definido como homicídio contra a mulher motivado pelo contexto de violência doméstico ou pelo menosprezo ou discriminação à condição de mulher. De acordo com Miguel e Santos (2022), apesar do feminicídio constar na legislação brasileira, não é possível identificar os casos qualificados como tal a partir dos registros de declaração de óbitos, “uma vez que a tipificação do crime dever feita no âmbito do sistema de justiça criminal, e não do sistema de saúde”. O Fórum Brasileiro de Segurança Pública, indica que a casa das vítimas representa o principal local de ocorrência do homicídio feminino, enquanto que para os homens a maior parte dos casos ocorre na rua ou na estrada. Isso demonstra como o gênero está ligado a como e onde você vai ser morta, onde você vai ser espancada, onde você vai ser estuprada, apesar de não ser unicamente nesses lugares.

Mas, o feminicídio não é a única forma de violência contra a mulher. Ele é na verdade o desfecho mais extremo de uma escalada contínua de abusos. De acordo com a Agência Patrícia Galvão⁵ [s.d], “o feminicídio é a expressão fatal das diversas violências que podem atingir as mulheres em sociedades marcadas pela desigualdade de poder entre os gêneros masculino e feminino”. Essa desigualdade vêm de séculos de uma construção histórica, cultural, econômica, política e social de discriminação por gênero. Afinal, vivemos em uma sociedade que nasceu, cresceu e se desenvolveu no seio patriarcal de submissão e obediência da mulher brasileira.

5

Disponível

em:

<https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/feminicidio/capitulos/o-que-e-feminicidio/#:~:text=Trata%2Dse%20de%20um%20crime,mais%20aguda%2C%20culmina%20na%20morte>. Acesso em: 24 de maio de 2025.

FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO



Ao longo dos anos, o Código Penal brasileiro passou a incorporar diversas legislações específicas com o objetivo de enfrentar e criminalizar a violência de gênero, para além da Lei do Feminicídio. Atualmente, há seis leis principais que tratam dessa temática de forma direta: A Lei do Feminicídio (Lei Nº 13.104)⁶ tipifica o assassinato de mulheres por razões de gênero como crime hediondo; A Lei Maria da Penha (Lei Nº 11.340)⁷, considerada um marco no enfrentamento à violência doméstica e familiar e a mais conhecida dentre elas, estabelece medidas protetivas e políticas públicas de prevenção; A Lei da Importunação Sexual (Lei Nº 13.718)⁸ criminaliza atos de importunação sexual, definidos como práticas de natureza sexual realizadas sem consentimento da vítima, além de tipificar como crime a divulgação de cenas de estupro, estupro de vulnerável e pornografia não consensual — condutas que devem ser reconhecidas e tratadas com a devida gravidade legal; A Lei do Minuto Seguinte (Lei Nº 12.845)⁹ garante atendimento imediato, gratuito e integral às vítimas de violência sexual em unidades de saúde; A Lei Carolina Dieckmann (Lei Nº 12.737)¹⁰, embora voltada originalmente à criminalização de invasões cibernéticas, tem sido cada vez mais aplicada em casos de violência digital contra mulheres, como a exposição não consentida de imagens íntimas e por fim, a Lei da Escuta Protegida (Lei Nº 13.431)¹¹ estabelece diretrizes para a escuta especializada de crianças e adolescentes vítimas de violência, incluindo a violência sexual, garantindo que sejam ouvidos em ambientes seguros e com profissionais capacitados.

⁶ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm. Acesso em: 11 de maio de 2025

⁷ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 11 de maio de 2025

⁸ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13718.htm. Acesso em: 11 de maio de 2025

⁹ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12845.htm. Acesso em: 11 de maio de 2025

¹⁰ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12737.htm. Acesso em: 11 de maio de 2025

¹¹ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13431.htm. Acesso em: 11 de maio de 2025

FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO

Cidade Universitária, s/nº - Bairro Universitário - 79070-900 - Campo Grande (MS)

(67) 3345-7607 – jorn.faalc@ufms.br – <https://jornalismo-faalc.ufms.br> – www.ufms.br



4.2 Quem são as mulheres que (também) devem ser ouvidas

Mas essas leis atingem a todos? De acordo com Ribeiro (2019, p. 40 apud Miguel e Panziera, p. 4), “Quando, muitas vezes, é apresentada a importância de se pensar políticas públicas para mulheres, comumente ouvimos que as políticas devem ser para todos. Mas quem são esses ‘todos’ ou quantos cabem nesses ‘todos’?”. É exatamente isso que trata a chamada interseccionalidade.

Chong (2019, p. 40 apud Miguel e Panziera, p. 4) explica que o conceito de interseccionalidade é “cunhado pela teoria feminista e inclui a denúncia da opressão e da subordinação, bem como uma chamada para que os governos adotem práticas para construir a dignidade das mulheres e seu empoderamento”. Na prática, isso significa romper com uma visão homogênea da mulher e reconhecer que não se pode mais pensar políticas públicas ou debates de gênero a partir da realidade da mulher branca, cisgênera, heterossexual e de classe média como um padrão universal. É necessário ampliar esse olhar para incluir mulheres pretas e pardas, periféricas, pobres, com deficiência, indígenas, lésbicas, trans, entre outras, cuja existência é atravessada por múltiplos marcadores sociais que as invisibilizam mais, além do fato de serem mulheres, o que historicamente já as coloca em posição de cidadãs de segunda classe.

Nesse sentido, a interseccionalidade, conceito formulado por Crenshaw (1989), é essencial para compreender como diferentes formas de opressão como o racismo, o sexismo, a lesbofobia, o capacitismo e a desigualdade de classe, se cruzam e se reforçam mutuamente, produzindo experiências específicas de violência e exclusão. Crenshaw defende que mulheres negras, por exemplo, vivenciam uma combinação única de opressões que não pode ser entendida se isolando apenas o racismo ou apenas o machismo. É a intersecção entre esses fatores que estrutura sua condição social.

Um reflexo concreto dessa lógica aparece nos dados levantados pela Central Única das Favelas (CUFA) em Campo Grande, em 2022¹², que apontam que mulheres da periferia

12

Disponível

em:

https://cufams.wixsite.com/campogrande/post/mulheres-da-periferia-s%C3%A3o-as-que-mais-sofrem-viol%C3%A1ncia-dom%C3%A9stica?fbclid=PAZXh0bgNhZW0CMTEAAew4F-y52m7_vu3aJC47WfCLPs86UUZDph3XddZRlgZvNQoC1mpbbOfXN7jw_aem_ZN18JDUyBbZxLh6U4iwxFg. Acesso em: 12 de maio de 2025.

FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO



são as maiores vítimas de violência doméstica. Esses números revelam como o território, a condição socioeconômica e a cor da pele continuam sendo determinantes na exposição à violência de gênero, mostrando que para muitas mulheres o lar, que deveria ser um espaço seguro e de proteção, é justamente onde as agressões se concentram.

Quanto mais vulnerável é a vítima, menor é o respeito a seus direitos e a sua história, e isso se reflete na cobertura da imprensa. Os casos que geram comoção e rendem mais vendas nas bancas, mais assinaturas e mais cliques nos sites são os de mulheres brancas de classe média, mesmo que, na verdade, a maioria desses crimes seja cometida contra negras, pobres e periféricas. (OLIVEIRA; RODRIGUES, 2021)

O foco aqui não é tratar apenas dos casos de violência de gênero contra mulheres negras e periféricas, mas também tratar e discutir como abordá-los de forma respeitosa. É extremamente importante que a imprensa seja humana durante a cobertura dos crimes de violência contra a mulher, para que essas vítimas não se tornem apenas mais um número em uma estatística que cresce a cada ano. Esse respeito precisa se refletir na forma como as matérias são escritas, sobretudo na maneira como a notícia é inicialmente apresentada, já que a maior parte dos leitores de sites online não vai além da manchete, do título.

Esse título, em sua ampla maioria, culpabiliza a vítima de forma indireta utilizando a voz passiva na oração. Não é o autor da ação – o feminicida – que aparece em primeiro plano, mas a vítima (Oliveira; Rodrigues, 2021, p. 59). A voz passiva serve para apagar o agente da frase, para ocultar responsabilidades, para que não seja “ele matou”, mas sim “ela morreu”.

Ao analisar um dos 17 casos de feminicídio ocorridos no estado até 30 de junho de 2025, encontramos um exemplo claro de como as vítimas podem ser corresponsabilizadas por suas próprias mortes. Em uma matéria publicada no jornal digital Midiamax, sobre o feminicídio de Juliana Domingues, de 28 anos, ocorrido na comunidade indígena Nhu Porã, no município de Dourados, em 18 de fevereiro deste ano, o título diz: “Esposa é morta pelo marido com golpes de foice na frente do filho”. O subtítulo, em uma linha, informa: “Homem fugiu de bicicleta após o crime e está sendo procurado pela polícia”. No *lead*, explica-se como ela foi assassinada: “Juliana Domingues, de 28 anos, foi assassinada com golpes de

FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO

Cidade Universitária, s/nº - Bairro Universitário - 79070-900 - Campo Grande (MS)

(67) 3345-7607 – jorn.faalc@ufms.br – <https://jornalismo-faalc.ufms.br> – www.ufms.br



foice pelo marido, na noite desta terça-feira (18), na comunidade indígena Nhu Porã, em Dourados, município localizado a 226 quilômetros de Campo Grande.” O nome do feminicida, Wilson Garcia, só aparece no segundo parágrafo da matéria.

Mas por que “Esposa é morta” e não “Homem mata”? A forma como o título foi escrito, segundo as normas do português, coloca a vítima como corresponsável pela própria morte, pois “ela foi morta”, mas “ele não matou”. “Quando uma mulher é assassinada e se diz do crime que ela apenas morreu, como quem morre de doença, nega-se a ela até sua história de morte” (Oliveira; Rodrigues, 2021, p. 30)

Considerando os limites e pagamentos presentes na cobertura jornalística, as escolhas feitas no guia buscaram transformar essas reflexões em práticas concretas de escrita e organização do conteúdo. A proposta não ficou restrita ao campo teórico, ela moldou diretamente a forma como o guia foi estruturado, apresentado e pensado para dialogar com estudantes de jornalismo e futuras redações.

No guia, essas reflexões foram incorporadas de forma prática. Os nomes das mulheres citadas ao longo do conteúdo foram utilizados como títulos dos capítulos para que suas histórias sejam vistas, lembradas e reconhecidas, e não apenas reduzidas à condição de personagens secundárias dentro de uma narrativa policial. A criação do banco de fontes também foi pensada para romper com a dependência quase exclusiva da polícia como porta-voz sobre crimes de violência contra a mulher e para ampliar o repertório das redações, permitindo que especialistas, pesquisadoras, coletivos feministas e organizações ajudem a contextualizar esses casos como questões estruturais e não como episódios isolados. Ao reunir essas perspectivas, o guia busca oferecer caminhos para que a cobertura trate a violência de gênero como resultado de um sistema de desigualdades que atravessa raça, classe e território, para que essas mulheres subalternizadas apareçam não apenas como vítimas, mas como sujeitos cuja existência merece ser registrada com dignidade e respeito.

Além disso, a escolha de estruturar o guia a partir das histórias dessas mulheres funciona como uma estratégia pedagógica e política. Ao apresentar cada capítulo ancorado em um nome, o material coloca em evidência que cada caso é único e carrega contextos sociais específicos que precisam ser compreendidos pelo jornalismo. Essa decisão reafirma que não existe neutralidade quando se fala em violência de gênero e que o modo como

FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO



contamos essas histórias influencia diretamente na forma como a sociedade entende o problema. Por isso, ao lado dos nomes das vítimas, o guia traz orientações que convidam estudantes e profissionais a reconhecerem sinais de reprodução de estereótipos, a identificarem quando a narrativa reforça desigualdades e a evitarem enquadramentos que individualizam o crime. O objetivo é que o jornalista seja capaz de enxergar o que está por trás de cada caso, as dinâmicas de poder, os atravessamentos de raça e classe, a omissão do Estado e a naturalização da violência que marcam o cotidiano de tantas mulheres.

4.3 Cobertura jornalística e violência de gênero

Existem diversos veículos de comunicação com foco na produção jornalística feita por mulheres e para mulheres. Um exemplo é a Revista AzMina, “um veículo jornalístico focado na cobertura de temas diversos com recorte de gênero. Mas não tratamos mulher como uma categoria universal e consideramos sempre as perspectivas de raça/etnia, classe, orientação sexual e identidade de gênero”¹³. Outra é a Think Olga que se define como uma organização que tem como missão “sensibilizar a sociedade para as questões de gênero e intersecções, além de educar e instrumentalizar pessoas que se identifiquem como agentes de mudança na vida das mulheres”¹⁴. Ambas exemplificam como o jornalismo pode ser apropriado por movimentos sociais como uma prática de construção de conhecimento e transformação social. Iniciativas como AzMina e Think Olga demonstram o potencial das mídias digitais como ferramentas de empoderamento e mobilização política.

No entanto, a existência e a relevância desses veículos especializados levantam uma pergunta central: por que restringir a prática do jornalismo feminista apenas a espaços específicos e voltados exclusivamente ao debate de gênero? A violência contra as mulheres, assim como outras formas de opressão estrutural que caem sobre mulheres negras, indígenas, periféricas, trans, lésbicas e com deficiência, não acontece de forma isolada. Ela atravessa todos os contextos sociais, institucionais e midiáticos. Por isso, se os efeitos da desigualdade de gênero são generalizados, a abordagem feminista no jornalismo também precisa ser

¹³ Disponível em: <https://azmina.com.br/revista-azmina/>. Acesso em: 10 de maio de 2025.

¹⁴ Disponível: <https://thinkolga.com/quem-somos/>. Acesso em: 10 de maio de 2025.



transversal — presente em todas as editorias, veículos e redações, independentemente de sua linha editorial.

Producir um jornalismo feminista acessível vai além da escolha de temas. Se trata de uma postura ética, de um compromisso com a escuta, com a linguagem inclusiva, com a representatividade das fontes e com a compreensão da interseccionalidade como elemento central da apuração. É garantir que a perspectiva de gênero esteja incorporada às coberturas de política, economia, segurança pública, cultura e saúde. É oferecer espaço para a centralidade da voz de mulheres, especialmente daquelas que historicamente foram silenciadas, e romper com a lógica de produção de conteúdo que reforça estereótipos ou neutraliza desigualdades.

Esse compromisso ético encontra respaldo no próprio Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros¹⁵ criado pela Fenaj. Em seu Artigo 2º, o documento afirma que “o acesso à informação é um direito fundamental, e que a divulgação precisa e correta dos fatos é dever de todos os meios de comunicação, independentemente de sua natureza ou linha política”. Já o Artigo 6º reforça que é dever do jornalista contribuir para a promoção dos direitos individuais e coletivos, especialmente os das mulheres, crianças, idosos, negros e demais grupos marginalizados.

Até 2015, quando foi criada a Lei do Feminicídio (Lei nº 13.104/2015), o termo “crime passionai” foi utilizado para definir homicídios cometidos, supostamente, por “amor”. De acordo com o senso comum, trata-se de um crime impulsionado por sentimentos intensos e descontrolados. No entanto, como aponta Andrade (Jusbrasil, [s.d.]), “na definição literal, ser passionai é agir pela paixão, um sentimento intenso que pode gerar a violência impulsivamente. Ao contrário do amor, a paixão estimula a criação de sentimentos possessivos e de ódio”. Hoje, essa terminologia já não é mais empregada nem pelo jornalismo nem pelo sistema judiciário. Contudo, quando títulos de reportagens utilizam expressões como “por ciúmes” ou “por traição”, resgatam e reforçam a lógica do antigo “crime passionai”, sugerindo que a vítima, vista como propriedade, foi morta por provocar o agressor. Ela foi morta. Mais uma vez, ele não matou. A responsabilidade pelo crime é

15

Disponível

https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04-codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf. em:
em: 12 de maio de 2025 Acesso



diluída, e a narrativa midiática pode acabar reforçando estereótipos de gênero e naturalizando a violência. É justamente essa percepção que precisa ser transformada nas redações: compreender que a forma como o jornalista narra um crime interfere diretamente na forma como ele será compreendido socialmente.

Reconhecendo esse papel estratégico, manuais de cobertura jornalística foram desenvolvidos por organizações feministas de comunicação, com o intuito de orientar a prática profissional frente à complexidade da violência de gênero. Esses materiais abordam diretrizes éticas, cuidados na escolha das fontes, formas responsáveis de narrar casos de violência, além de orientações específicas sobre linguagem, enquadramento e impacto social das narrativas, e exemplos do que seria considerado a forma correta de se produzir um título. Esses elementos também foram incorporados ao Guia de Boas Práticas, mas de maneira adaptada à realidade regional, considerando as particularidades do Mato Grosso do Sul e das mulheres que aqui vivem, considerando seus contextos culturais, raciais, territoriais e seu cotidiano, suas experiências como mulheres diferentes.

Segundo o manual da Universa, a mídia possui função crucial não apenas na formação da opinião pública, mas também na pressão por políticas públicas e no fornecimento de informação às mulheres em situação de violência, informação que pode ser decisiva para o reconhecimento de sua realidade e a reivindicação de seus direitos. Além disso, o documento alerta que um jornalismo despreparado pode reforçar estereótipos de gênero e influenciar negativamente até mesmo a condução de processos judiciais (UOL, 2020).

Assim, o jornalismo feminista acessível não é apenas uma possibilidade, mas uma urgência diante da responsabilidade social que envolve a produção e a circulação de informações. Ele precisa sair do nicho e ocupar todos os espaços com ética, escuta, cuidado e compromisso com a transformação da realidade (Correia, 2009).

Diversas redações possuem manuais de comunicação como forma de orientar os jornalistas que atuam no veículo. Um dos exemplos mais conhecidos e utilizados no Brasil é

FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO

Cidade Universitária, s/nº - Bairro Universitário - 79070-900 - Campo Grande (MS)

(67) 3345-7607 – jorn.faalc@ufms.br – <https://jornalismo-faalc.ufms.br> – www.ufms.br



o Manual de Redação da Folha de S. Paulo¹⁶. Esses manuais nascem da ideia de sistematizar o como fazer. Reúnem normas, diretrizes, padrões de linguagem, condutas éticas e procedimentos técnicos. Em sua essência, um manual serve para esclarecer dúvidas, padronizar ações e oferecer orientações práticas, funcionando como um guia de consulta constante para profissionais da área.

Embora existam diversos manuais voltados para diferentes campos do conhecimento e profissões, D'Ascenção (2001) defende que há questões comuns às quais os manuais devem responder, com maior ou menos profundidade e abrangência: O que deve ser feito? Como deve ser feito? Onde deve ser feito? Quem deve fazer? Porque deve ser feito? Para o jornalismo não deveria ser diferente.

Ao noticiar casos de feminicídio, o jornalista precisa estar atento a diversos aspectos: quem deve ser entrevistado, como conduzir a entrevista, de que maneira citar as fontes, como se referir à vítima e, principalmente, adotar o termo correto – feminicídio – mesmo que o crime ainda esteja em fase de investigação, mas também tomar cuidado ao utilizar supostos. Isso porque o feminicídio é um crime motivado pelo fato de a vítima ser mulher, ou seja, se trata da forma mais extrema de violência de gênero, baseada em uma lógica de dominação e posse. Uma palavra mal escolhida, uma frase mal construída, pode representar uma nova violência simbólica contra uma mulher que já foi vítima da violência física.

Como afirmam Oliveira e Rodrigues (2021, p. 45), “informar nome, raça, idade, se tinha filhos, profissão, classe social e região onde morava não é um mero detalhe, é fundamental na base de dados usada na promoção de políticas públicas para enfrentamento ao feminicídio e à violência contra a mulher”.

¹⁶ Disponível em: https://fernandaiarossi.wordpress.com/wp-content/uploads/2016/08/manual_fsp.pdf. Acesso em 16 de junho de 2025.

FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO

Cidade Universitária, s/nº - Bairro Universitário - 79070-900 - Campo Grande (MS)

(67) 3345-7607 – jorn.faalc@ufms.br – <https://jornalismo-faalc.ufms.br> – www.ufms.br



3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho nasceu da indignação. Antes de ser um projeto acadêmico, ele foi um incômodo, resultado de ler, inúmeras vezes, matérias sobre feminicídio que mais machucavam do que informavam. Manchetes que julgavam, fotos que expunham, textos que responsabilizavam a vítima antes mesmo de citar o agressor. A faísca que acendeu a vela na minha cabeça para a construção dessa temática veio de uma frase dita por um familiar, ao ver a foto de uma mulher, vítima de feminicídio, em uma matéria de um veículo de comunicação do estado: “Mas também, olha essa roupa. Como ele não ficaria com ciúmes?” Foi ali que eu entendi, com brutalidade, que o problema não está apenas nos agressores, mas na forma como a sociedade lê, entende e naturaliza a violência contra mulheres.

Este guia é uma tentativa, entre tantas outras necessárias, de romper esse ciclo. Acredito no jornalismo como instrumento de transformação. Acredito que palavras educam, moldam percepções e têm o poder de salvar ou de ferir. Se a mídia contribui para a naturalização da violência, ela também pode contribuir para o seu enfrentamento. Não é sobre “ciúmes”, “brigas” ou “crimes passionais”. É sobre machismo estrutural, sobre mulheres sendo mortas porque suas vidas ainda são vistas como propriedade. Sobre mulheres que não são vistas como mulheres, mas como “coisas”.

Ver o guia pronto, com cada página construída com cuidado, sensibilidade e responsabilidade, é a prova, para mim, de que a mudança não começa com grandes revoluções, mas com pequenas rupturas. Se este material puder inspirar uma redação a repensar uma manchete, um repórter a escolher outra abordagem ou um estudante a enxergar que há outras formas de narrar a violência, então este trabalho já terá cumprido seu propósito.

Que este guia seja um começo e não um fim.

FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO

Cidade Universitária, s/nº - Bairro Universitário - 79070-900 - Campo Grande (MS)

(67) 3345-7607 – jorn.faalc@ufms.br – <https://jornalismo-faalc.ufms.br> – www.ufms.br



4 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Código Penal.** Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 24 out. 2025.

CORREIA, João Carlos. **Teoria e crítica do discurso noticioso: notas sobre jornalismo e representações sociais.** Universidade da Beira Interior, 2008. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/ensinodareportagem/artigos/Teoria%20do%20Discurso%20Noticioso.pdf>. Acesso em: 27 de abril de 2025.

DE PAULA, Luciana; SANT'ANA, Carolina G. **A violência contra a mulher no Brasil: repercussão pública do machismo estrutural.** 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/78876/49208>. Acesso em: 27 maio 2025.

INSTITUTO MARIA DA PENHA. **Ciclo da violência: saiba identificar as três principais fases do ciclo e entenda como ele funciona.** s.d. Disponível em: <https://www.institutomariadapenha.org.br/violencia-domestica/o-que-e-violencia-domestica.html>. Acesso em: 11 out. 2025.

INSTITUTO MARIA DA PENHA. **Cartilha de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher.** Projeto Contexto: Educação, Gênero, Emancipação. Plataforma Educação Marco Zero. Fortaleza, 2018.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. **Dossiê violência contra as mulheres.** Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/>. Acesso em: 11 out. 2025.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. **Feminicídio #InvisibilidadeMata.** São Paulo, 2017. Disponível em: <https://agenciapatriciagalvao.org.br/publicacoes/livro-feminicidio-invisibilidademata/>. Acesso em: 11 out. 2025.

INSTITUTO RESSURGIR. **Algumas observações sobre a Lei Maria da Penha.** Disponível em: <https://institutoressurgir.org/2020/08/26/algumas-observacoes-sobre-a-lei-maria-da-penha/>. Acesso em: 11 out. 2025.

JUSBRASIL. **O que é crime passionai?** Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/o-que-e-crime-passional/887156408>. Acesso em: 27 maio 2025.

FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO

Cidade Universitária, s/nº - Bairro Universitário - 79070-900 - Campo Grande (MS)

(67) 3345-7607 – jorn.faalc@ufms.br – <https://jornalismo-faalc.ufms.br> – www.ufms.br



LAGO, Cláudia. **Ensinamentos antropológicos: a possibilidade de apreensão do Outro no jornalismo.** Brazilian Journalism Research, Brasília, v. 6, n. 1, p. 154–173, jun. 2010. Disponível em: <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/253>. Acesso em: 10 abr. 2025.

MIGUEL, Katarini; ÁVILA DOS SANTOS, Lílian. **Quando o jornalismo encontra o feminismo.** Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación, [S. l.], v. 21, n. 39, 2022. DOI: 10.55738/alaic.v21i39.806. Disponível em: <https://revista.pubalaic.org/index.php/alaic/article/view/806>. Acesso em: 27 maio 2025.

MONITOR DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER DE MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP). Campo Grande. Disponível em:
<http://monitorviolenciacontramulher.sejusp.ms.gov.br/#:~:text=0%20Monitor%20da%20Viol%C3%A3ncia%20contra%20a%20Mulher%20emprega%20ferramentas%20de,tanto%20casos%20consumados%20quanto%20tentados.>

MINISTÉRIO DAS MULHERES. **Marcos legais: leis que visam prevenir e coibir a violência contra as mulheres.** Brasília. Disponível em: <https://www.gov.br/mulheres/pt-br/assuntos/leis-nacionais-e-marcos-legais>.

NÃO SE CALE. **Violência sexual.** Governo do Estado de Mato Grosso do Sul. Disponível em: <https://www.naosecale.ms.gov.br/violencia-sexual/>. Acesso em: 11 set. 2025.

NÓS, MULHERES DA PERIFERIA. **Manifesto.** São Paulo, [s.d.]. Disponível em: <https://nosmulheresdaperiferia.com.br/manifesto/>. Acesso em: 10 abr. 2025.

NÓS, MULHERES DA PERIFERIA. **Nós, mulheres da periferia.** Folha de S.Paulo, São Paulo, 2012. Seção Tendências/Debates. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/29772-nos-mulheres-da-periferia.shtml>. Acesso em: 10 abr. 2025.

NÓS, MULHERES DA PERIFERIA. **Quem somos.** São Paulo, [s.d.]. Disponível em: <https://nosmulheresdaperiferia.com.br/quem-somos/>. Acesso em: 13 abr. 2025.

OBSERVATÓRIO DA CIDADANIA DE MATO GROSSO DO SUL. **Mulheres em Evidência.** Disponível em: <https://observatoriocidadania.ufms.br/mulheres-em-evidencia/>. Acesso em: 10 out.2025.

OBSERVATÓRIO DA MULHER DE CAMPO GRANDE. **Boletim do Observatório da Mulher de Campo Grande.** Disponível em: https://camara.ms.gov.br/wp-content/uploads/2024/11/informativo_ODM_20-11-24.pdf. Acesso em: 07 abr. 2025.

OLIVEIRA, Niara; RODRIGUES, Vanessa. **Histórias de morte matada contadas feito morte morrida. 2021.**

FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO

Cidade Universitária, s/nº - Bairro Universitário - 79070-900 - Campo Grande (MS)

(67) 3345-7607 – jorn.faalc@ufms.br – <https://jornalismo-faalc.ufms.br> – www.ufms.br



PANZIERA, Tathiane Espíndola; MIGUEL, Katarini Giroldo. **Quando as Marias falam: assessorias de imprensa no debate sobre a violência contra mulheres em Mato Grosso do Sul.** Organicom, São Paulo, v. 41, jan./abr. 2023. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/201275/192328>. Acesso em: 10 abr. 2025.

THINK OLGA. Mini manual de jornalismo humanizado: boas práticas na cobertura da violência contra mulheres. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://thinkolga.com/wp-content/uploads/2020/04/ThinKOlga-Projeto-Minimanual-de-Jornalismo-Humanizado.pdf>. Acesso em: 27 maio 2025.

UOL. **Manual Universa para jornalistas: boas práticas na cobertura da violência contra a mulher.** São Paulo: UOL, 2020. Disponível em: https://download.uol.com.br/files/2020/11/4273738876_cartilha-universa-violencia-contra-mulher.pdf. Acesso em: 27 maio 2025.

ZANATTA, Silvia Cristina Santana. **Comunidade ribeirinha Barra de São Lourenço: um estudo heurístico sobre desenvolvimento local como projeto endógeno e comunitário.** Ecoa – Ecologia e Ação. 2011. Disponível em: <https://www.ecoa.org.br/wp-content/uploads/2015/08/Silvia-Santana-Ecoa-comunidade-ribeirinha-barra-de-sao-lourenco-um-estudo-heuristico-sobre-desenvolvimento-local-como-projeto-endogeno-e-comunitario.pdf>. Acesso em: 24 out. 2025.

FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO

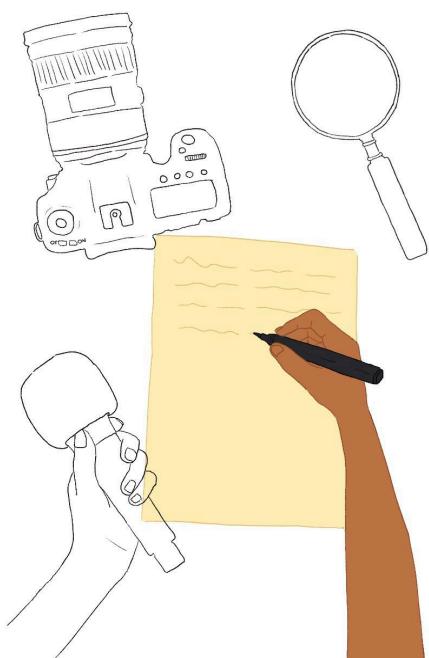
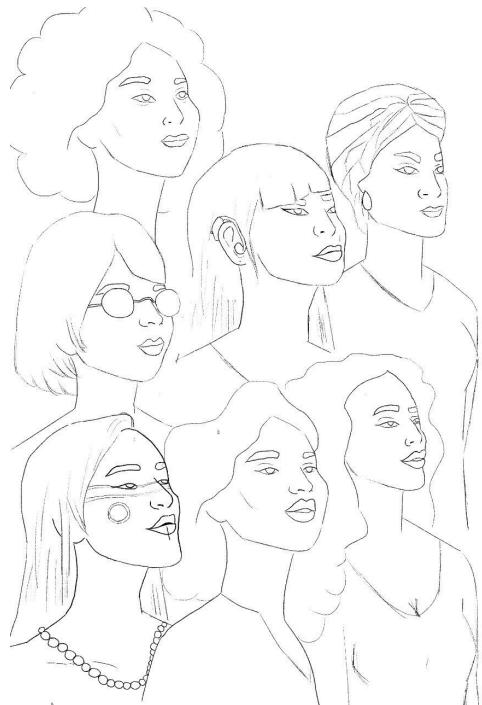
Cidade Universitária, s/nº - Bairro Universitário - 79070-900 - Campo Grande (MS)

(67) 3345-7607 – jorn.faalc@ufms.br – <https://jornalismo-faalc.ufms.br> – www.ufms.br



5 ANEXOS

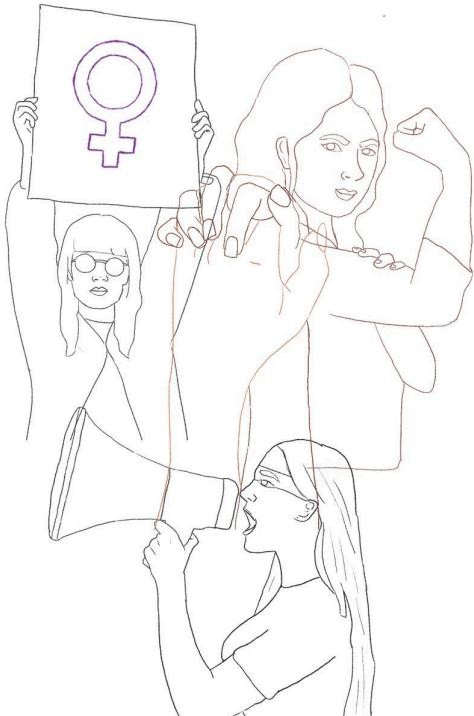
5.1 Processo de Ilustração



FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO

Cidade Universitária, s/nº - Bairro Universitário - 79070-900 - Campo Grande (MS)

(67) 3345-7607 – jorn.faalc@ufms.br – <https://jornalismo-faalc.ufms.br> – www.ufms.br



5.2 Guia finalizado em PDF

[**Guia de Boas Práticas Feministas para a Cobertura da Violência de Gênero em Mato Grosso do Sul**](#)

FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO

Cidade Universitária, s/nº - Bairro Universitário - 79070-900 - Campo Grande (MS)

(67) 3345-7607 – jorn.faalc@ufms.br – <https://jornalismo-faalc.ufms.br> – www.ufms.br



6 APÊNDICES

Decupagem das entrevistas realizadas:

Ângela Kempfer

“Na minha opinião, o que falta na cobertura jornalística de feminicídios, estupros, assédio e violência doméstica é formação. Não sei como isso é tratado atualmente nas faculdades, mas acredito que os cursos deveriam propor a elaboração de pequenos manuais, não apenas de redação e estilo, mas manuais específicos sobre como cobrir feminicídio, suicídio, violência sexual, estupro de crianças e adolescentes. Criar esses materiais durante a formação acadêmica seria uma grande conquista para o jornalismo, porque quando o profissional entra no mercado, cai no caos da rotina e não tem tempo para refletir sobre abordagem e responsabilidade.

Um manual específico sobre feminicídio é essencial. Essa discussão é recente. Quando comecei no jornalismo, usava-se o termo “crime passional”. Às vezes ainda vejo esse termo, inclusive em discursos como “a polícia trabalha com suspeita de crime passional”. Isso não existe quando um homem mata uma mulher. A mudança para o uso de “feminicídio” foi uma construção, resultado de luta feminista e militância. Ainda hoje ouvimos comentários como “se tem feminicídio, tem homicídio”, o que demonstra falta de informação e resistência em entender o tema.

Esses manuais ajudam a evitar erros como revitimização, transferência de culpa e exposição indevida. Eles orientam sobre como não romantizar o crime e deixam claro que não se trata de amor, e sim de relação de poder. Mesmo tentando acertar, o jornalista pode errar; os guias ajudam a minimizar isso.

Alguns dizem que o jornalista precisa se distanciar emocionalmente para ser imparcial. Eu discordo. Não existe imparcialidade absoluta: temos história, cultura, formação e visão política. O distanciamento pode até prejudicar o olhar sensível para o tema. Eu prefiro compreender a história com empatia.

FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO

Cidade Universitária, s/nº - Bairro Universitário - 79070-900 - Campo Grande (MS)

(67) 3345-7607 – jorn.faalc@ufms.br – <https://jornalismo-faalc.ufms.br> – www.ufms.br



Nos grandes veículos, a cobertura evoluiu, mas ainda está em construção. No Campo Grande News, adotamos algumas práticas: desde o começo do ano, fazemos a contagem de vítimas de feminicídio e colocamos esse número nas matérias. Isso mostra a gravidade do problema e torna visível quando o número aumenta. Também buscamos a família para conhecer a história da vítima e dar voz a ela, mostrando o impacto dentro da família. E eliminamos qualquer narrativa que romantize o crime. Um homem não mata por amor. Mata porque não aceita perder o controle. A causa é uma relação de poder.

Já ouvi dentro da segurança pública frases como “não quero culpabilizar a vítima, mas ela não devia ter voltado para casa”. Isso é responsabilização da vítima. Cabe ao jornalismo questionar: ela procurou ajuda? Foi atendida? Tinha medida protetiva? Teve acesso às informações para sair da relação? A rede de proteção funcionou? A cobertura não pode terminar na prisão do assassino. É preciso mostrar onde o Estado falhou.

Às vezes, a rede nem chega a ser acionada porque a mulher não percebe que está em uma relação abusiva. Por isso, precisamos falar também de saúde mental, saúde afetiva e relacionamentos abusivos, e não apenas em datas específicas. No Campo Grande News, tentamos abordar isso diariamente, com pautas sobre saúde mental, fortalecimento de mulheres e histórias que valorizam suas trajetórias.

Ainda estamos em construção. Não sei dizer se já encontramos o melhor jeito de cobrir esses casos. Os números continuam crescendo. Tentamos fazer uma cobertura responsável, mas ainda estamos aprendendo. O que sabemos é que não podemos tratar feminicídio como curiosidade, fofoca ou apenas mais um caso policial. O jornalismo tem responsabilidade de contribuir para a mudança dessa realidade.

Mulher é machista, né, meu bem? O homem é machista, todo mundo é machista. Primeira coisa que a gente tem é se desconstruir mesmo como jornalista. Então, nós, a gente não diverge da sociedade como um todo, né?

Você cresce num sistema patriarcal e ainda hoje assim, é, talvez a geração de vocês seja diferente, mas que eu vejo hoje dentro da redação é uma legião de mulheres machistas e etaristas, uma legião de homens machistas e etaristas, é, que essa é uma outra questão também que não se discute, mas que também é tão triste e dramática como o feminicídio, que é a violência contra idosos.

FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO

Cidade Universitária, s/nº - Bairro Universitário - 79070-900 - Campo Grande (MS)

(67) 3345-7607 – jorn.faalc@ufms.br – <https://jornalismo-faalc.ufms.br> – www.ufms.br



Então, nós somos uma sociedade doente que não evoluiu nessa relação com os mais velhos, com as mulheres, com os portadores de deficiência, com as pessoas que são mais fragilizadas, é uma relação que só se deteriora, não vejo muita melhora em relação a isso. É, sou pessimista mesmo.

É, mas acho que o Estado tá aí para tentar enquadrar, não acho que a gente se autorregula como humanidade.

Ainda por muito tempo pensei que fosse sim, mas eu vejo tanto caso, tantos casos horrendos ultimamente, hoje por exemplo seis caras chegaram e mataram um menino numa praça porque acharam que tinham que vingar um amigo que estava em coma, é uma coisa tão estúpida que você pensa: "Meu Deus", né? É sempre relação de poder, tudo é relação de poder, sempre é justiça, o justiceiro. O homem que mata a mulher porque como assim?

Como ela se atreve a me dar um pé na bunda? O filho que abandona o pai de 90 anos definindo numa casa abandonado, porque fala: "Ai, meu Deus, eu tenho que viver minha vida, é justo que eu viva a minha vida, eu não devo, eu tudo que eu posso fazer eu faço, mas agora eu vou viver minha vida, então não sei o que, vou deixar ele aí, não vai fazer"

Sabe essas coisas de todo mundo tá olhando pro seu umbigo e ninguém mais tem um pouco de empatia em relação a ninguém. Então, eu acho que nós como jornalistas a gente tem a obrigação, a gente tem, para desempenhar bem o nosso ofício, é, a gente tem que fazer um exercício diário de desconstrução, né?

Eu aposto que você na sua idade acha terrível, um absurdo se uma mulher de 60 anos entrar dentro de um barzinho que que vocês frequentam, sentar numa mesa de mini saia e pedir para tomar uma cerveja sozinha, dos dois ou um, ou vocês vão transformar essa mulher em folclore, ou vocês vão achar que é uma maluca, né?

É, porque é isso, é muito difícil desconstruir coisas que a vida toda nós vimos com estranhamento, né? É, quando matam uma mulher, uma garota de programa, por exemplo, quem se importa com aquele tipo de coisa? Nossa, Não, ela é uma garota de programa, ela assumiu o risco, né?

Agora se é uma mãe que tem três filhos, aí é uma comoção, é uma coisa do outro mundo. Se é uma mulher bonita, então aí, meu Deus do céu, como uma mulher bonita, como é que ela pode perder o tempo dela com o homem, como que ela não precisava disso? Então é

FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO



uma desconstrução diária. É uma coisa assim de você entender todos os dias que as pessoas tem o direito a escolha a escolha em todos os aspectos.

Nossa, Júlia, me perdoa, menina. Eu não vi seu enunciado. Olha só que mau exemplo. Eu não vi que você tava fazendo um guia e eu te falando dessa coisa de guia aí. Que ótimo, fico muito feliz, que bom. Tomara que tenha sido uma discussão ampla, tomara que seus colegas tenham participado.

É algo que tem que fazer em vários em vários aspectos da cobertura jornalística Olha, adoro manual, adoro guia, porque é uma coisa que no jornalismo as redações são muito tem um rodízio muito grande de profissional, então é bom o manual é o tipo da coisa que você tem ali, que norteia todo o seu trabalho e que torna tão claro o seu caminho, eu adoro manual, eu sou a rata do manual, a rata do guia, adoro adoro, parabéns, viu?

Agora que eu percebi que você tá fazendo um guia, me desculpe, querida. Tô bem passada mesmo, me perdoe.

Eu acho que no seu manual tem que ter um pouco do caminho, sabe? Do caminho de apuração, tipo, quem forma essa rede de proteção? Que são vários pontos que tem que ser questionado sempre que acontece um crime como esse.

Então, tem essa relação, até nesse manual explicar qual é o papel de cada parte desse dessa rede, sabe? É, como que como que cada um deve trabalhar, quais são os direitos que essa mulher tem, onde procurar, quem tem que ser responsabilizado, sabe?

Tudo isso tem que ter nesse manual porque eu sinto uma dificuldade que as pessoas que fazem esse tipo de cobertura, elas nem entendem qual é esse organograma eu vou dizer, esse mapa da rede de proteção. O que cabe a cada parte, entende? O que é direito, nesse sentido.

E eu acho isso muito interessante, porque eu acho que essa é a maior dificuldade que se tem na cobertura diária, de você saber quem é quem dentro dessa rede de proteção, porque só você sabendo quem é quem, você vai entender onde falhou. No caso da mulher ter denunciado em algum momento.”

FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO

Cidade Universitária, s/nº - Bairro Universitário - 79070-900 - Campo Grande (MS)

(67) 3345-7607 – jorn.faalc@ufms.br – <https://jornalismo-faalc.ufms.br> – www.ufms.br



José Câmara

“Júlia, eu acho que a gente tem que levar em consideração o processo da notícia, né? Quando a gente fala nessa questão de noticiar casos de feminicídio, estupros, assédios, violência doméstica, a gente tem que pensar no modo de produção da notícia em si.

Porque todos os dias vão ter histórias de violências domésticas, assédios, estupros, quase todo mês tem feminicídio no estado Então, eu acho que quando você traz a notícia sobre esses casos, para muitas pessoas, para muitos jornalistas, por ter uma recorrência muito maior, eu acho que às vezes as notícias elas acabam entrando num senso comum em um processo de produção muito específico, sabe? Não muito específico, mas muito muito ali do próprio processo de produção da notícia, sabe? Não tem mais uma reflexão em cima do fato, não tem um apontamento direcionado sobre o fato, sobre essa notícia.

Então, eu acho que como são crimes que são recorrentes no dia a dia, eles acabam entrando na hora de se noticiar de uma maneira muito pasteurizada e também muito de afogadilho, sabe? De você ter que dar aquela notícia e é uma notícia recorrente.

Então, eu acho que perde um pouco do processo de reflexão e do processo de de de humanidade mesmo da notícia, sabe? Então, eu acho que neste caso, onde cada vez mais existem esses casos de violências violência doméstica, assédios, estupros e feminicídios, eu acho que o que falta mesmo é a humanidade em cima do fato e trazer o protagonismo de quem é o criminoso, né? Porque a vítima está morta.

Ou a vítima já sofreu o assédio, já sofreu o estupro. Então, eu acho que é trazer, é mostrar quem é o errado da história. É o assediador. É o estuprador. É o feminicida. É o assediador e também dar os nomes, sabe?

Então, acho que muitas vezes as notícias são dadas, eu digo, na concorrência, não no portal que eu trabalho aqui em Mato Grosso do Sul em específico. Elas são dadas tipo homem estupra mulher. Não, é um estuprador, é uma pessoa, é um suspeito que está sendo investigado. Então eu acho que falta isso também além desses outros apontamentos que eu já te fiz sobre a pergunta 1.

Eu acho que essa questão da humanidade, sabe? Então quando um assunto se torna rotina, trago como exemplo a pandemia. Eu acho que o que a gente vive, o que a gente não,

FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO



que eu não sou mulher, não tô nesse local de fala, o que as mulheres vivem, e o que a sociedade, as mulheres em específico da sociedade vivem, é uma pandemia de violência doméstica, é uma pandemia de assédio, de violência de gênero, né?

Para generalizar tudo, elas vivem essa pandemia de violência de gênero e vivem a violência de gênero durante todo momento, né? Então acho que o que falta, o que os jornalistas precisam saber é resgatar essa humanidade, obviamente na hora de construir a notícia e saber mesmo de assuntos de termos básicos, sabe?

O que que é um feminicídio, o que que é o assédio, o que que é o estupro, por exemplo, a gente vê muitos casos de estupro de vulnerável, por exemplo tempo, ai, um, um cara foi preso porque passou a mão nos seios de uma criança. Isso é um estupro, é um estupro de vulnerável. Não é um homem que foi preso porque passou a mão nos seios de uma criança, ele foi preso porque ele estuprou uma criança. Isso é um estupro de vulnerável. Então eu acho que falta esse desconhecimento dos termos mesmo, sabe? Então existe essa forma e também a semântica da notícia. Eu acho que falta esse entendimento. Os jornalistas, eles precisam entender a semântica da notícia e entender o peso que eles dão para cada ator, para cada personagem, quando eu falo ator é cada pessoa naquela notícia.

Então, se eu dei mais peso para a vítima, eu estou revitimizando ela. Eu tenho que trazer o peso para quem é o algoz, para quem é o suspeito, para quem é a pessoa que foi presa. Então, eu acho que também a gente tem esse poder, essa potencialidade de dar peso às informações e isso é mais pela questão da hierarquização da informação e da semântica, da forma com que eu vou construir meu texto.

E essas dificuldades quando tratam desses temas, eu acho que é porque são temas muito sensíveis, né? E ao mesmo tempo que é algo que acontece todos os dias, são temas muito sensíveis, são muito delicados. Então a gente fica ali na linha tênué aí de dar o fato com a maior precisão possível e também o respeito com que as vítimas merecem e necessitam, né, que a gente tem que trabalhar.”

FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO

Cidade Universitária, s/nº - Bairro Universitário - 79070-900 - Campo Grande (MS)

(67) 3345-7607 – jorn.faalc@ufms.br – <https://jornalismo-faalc.ufms.br> – www.ufms.br



Valdelice Bonifácio

“Se me permite acho que as duas questões são possíveis de uma mesma resposta. Um desafio para todo jornalista é acessar dados atualizados da criminalidade em fontes oficiais. Eles nem sempre estavam à mão. Porém, vale destacar que essa realidade tem melhorado dia a dia, bem como o acesso à 'vozes oficiais' que tenham conhecimento sobre o assunto. Na hora de noticiar casos de violência, é importante que os jornalistas conheçam o Código de Ética da profissão. Noticiar, sim, sempre, porém, jamais expor as vítimas a situações vexatórias ou que as coloquem em riscos. Também é necessário saber que, mais do que noticiar, o jornalista tem o poder de contribuir para a paz social no exercício do seu trabalho. Assim, as matérias devem, sempre que possível, mencionar serviços (como atendimento de saúde e em delegacias especializadas) e políticas públicas aos quais as vítimas possam recorrer. Matérias preventivas também ajudam quando mencionam formas de reconhecer a violência de gênero, por exemplo. Na outra ponta, notícias positivas mostrando exemplos de superação e empoderamento após o rompimento de um ciclo de violência também podem ser de grande valia.”

FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO

Cidade Universitária, s/nº - Bairro Universitário - 79070-900 - Campo Grande (MS)

(67) 3345-7607 – jorn.faalc@ufms.br – <https://jornalismo-faalc.ufms.br> – www.ufms.br



ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Título do Trabalho: “Guia de boas práticas Feministas para a Cobertura da Violência de Gênero em Mato Grosso do Sul”

Acadêmica: Júlia Nogueira Padilha

Orientadora: Katarini Giroldo Miguel

Data: 27/11/2025

Banca examinadora:

1. Kárita Emanuelle Ribeiro Sena
2. Paula Maciulevicius

Avaliação: (X) Aprovado () Reprovado

Parecer: A banca destacou a originalidade do trabalho e recomendou a publicação e ampla divulgação do Guia após os direcionamentos sugeridos. Também recomendou que o trabalho seja submetido a prêmios e editais pertinentes.

Campo Grande, 27 de novembro de 2025.

**NOTA
MÁXIMA
NO MEC**

**UFMS
É 10!!!**



Documento assinado eletronicamente por **Katarini Giroldo Miguel, Professora do Magistério Superior**, em 27/11/2025, às 19:36, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufms.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6017677** e o código CRC **F8192F5A**.

Fone:

CEP 79070-900 - Campo Grande - MS

Referência: Processo nº 23104.015712/2025-27

SEI nº 6017677
